



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXV — N.º 98

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1970

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 50, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970.

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Imposto de Renda.

Senado Federal, em 25 de agosto de 1970. — João Cleofas, Presidente do Senado Federal.

ATA DA 112.ª SESSÃO EM 25 DE AGOSTO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JOÃO CLEOFAS, WILSON GONÇALVES E PAULO TORRES

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Oscar Passos — Flávio Brito — Milton Trindade — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — José Ermírio — Júlio Leite — Antônio Fernandes — Raul Giuberti — Paulo Torres — Gilberto Marinho — Bezerra Neto — Antônio Carlos — Guido Mondin — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Não havendo expediente a ser lido, dou a palavra ao Sr. Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, e no meu próprio, tenho a insigne honra de saudar o grande brasileiro, o Duque de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva. Se ele estivesse vivo hoje completaria 167 anos.

(Lê.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, no momento em que toda a Nação brasileira assiste à passagem da Semana do Exército, quero associar minha voz na exaltação do grande vulto de soldado que foi o Duque de Caxias, patrono daquela Arma. Figura invulgar de cidadão, soldado e estadista, exerceu sua atividade numa época marcada por grande crise de autoridade, como foi

o período dos dois reinados e das regências constitucionais. Luiz Alves de Lima e Silva veio ao mundo no dia 25 de agosto de 1.803, na Vila da Estrela, Província do Rio de Janeiro, e faleceu a 8 de maio de 1880, na fazenda de Santa Mônica, estação do Desengano, na mesma província.

Este homem de qualidades excepcionais trazia no sangue nobre estirpe militar, pois era filho de Francisco de Lima e Silva, Marechal-de-Campo e Regente Constitucional do Império. A História do Brasil espelha os notáveis feitos de Caxias, que ocupou todos os escalões da hierarquia militar, conquistada pelos seus merecimentos, enquanto recebia também os mais altos títulos nobiliárquicos, até o de Duque. A pacificação foi o grande alvo de sua vida e podemos garantir que, mais do que sua espada, conseguiu o seu coração realizar o milagre da unidade nacional.

Vamos ver, resumidamente, alguns dados de sua vida. Aos quinze anos, matricula-se na Real Academia Militar. Numa trajetória brilhante é promovido a tenente em 1921. Entra para o Batalhão do Imperador, tendo sido o primeiro ajudante, num lugar onde os oficiais eram escolhidos a dedo pelo próprio fundador do Império, cabendo-lhe receber, na capela imperial, a primeira bandeira do Brasil independente. Para lutar pela consolidação do Império, parte logo depois para a Província da Bahia, onde receberia seu batismo de fogo no sangrento combate de 3 de maio de 1822 e, no encontro de 3 de junho, do mesmo ano, conquistava sua primeira condecoração, a Insignia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

O Sr. Paulo Tórres — Permite V. Exa. um aparte;

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Tórres — Deveria, como procedi nos anos anteriores, falar, hoje, sobre a personalidade do inolvidável Duque. Como, entretanto, V. Exa. ocupa a tribuna, com o brilho de sempre, para reverenciar a memória do excelso brasileiro, venho, neste aparte, solidarizar-me com V. Exa. porque, Sr. Senador José Ermírio, muitos patricios têm, em todos os campos da atividade humana, engrandecido o Brasil. Muitos têm, em versos admiráveis, em páginas fulgurantes, cantado as glórias da nossa terra e da nossa gente. Muitos têm, nos gabinetes de estudo e de meditação, traçado os planos do nosso desenvolvimento. Muitos têm, nas lides diplomáticas, defendido e aumentado a nossa imensidão territorial. Muitos têm, em conferências internacionais, elevado com genialidade, o sagrado nome do Brasil: nenhum, porém, pacificou interna e externamente e consolidou a nossa integridade como Caxias, a quem devemos

o milagre da nossa unidade política e geográfica.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sou imensamente grato a V. Exa., nobre Senador Paulo Tórres, pelas magníficas palavras proferidas, com tanto carinho e com tanta justiça, a respeito do Duque de Caxias. V. Exa., como homem do Exército, conhece muito melhor do que nós os grandes méritos do eminente brasileiro e só lhe posso agradecer, do íntimo do meu eu, o aparte que acabou de dar.

(Lê.)

De volta, é promovido a capitão, contando 21 anos de idade. Em maio do ano seguinte, o Batalhão do Imperador marchava para a Cisplatina, que, então, lutava pela sua independência. Ali lhe entregariam a Medalha da Restauração da Bahia, que invariavelmente trazia pendente ao pescoço em todos os atos solenes de sua vida. Recebe também a insígnia de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, pela sua valorosa ação em terras do Prata. Em 1828, é promovido a major, quando também é agraciado com insígnia de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com grande prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador José Ermírio, V. Exa. felizmente, nos dá um prazer extraordinário, um júbilo cívico, em falar, além de em seu nome pessoal, em nome do nosso partido, em nome da Oposição, sobre Duque de Caxias. Nunca, entendendo eu, tais homenagens foram tão necessárias em nossa Pátria. Sabe V. Exa. que os acontecimentos políticos de caráter acentuadamente militar, em virtude da ação de políticos pouco conhecedores dos problemas e do futuro revolucionário dos últimos tempos, criaram, entre militares e civis, uma barreira que, a cada dia, se vai tornando inexpugnável para o restabelecimento da unidade nacional. V. Exa. há de compreender que as forças militares são instituições nacionais, mesmo que tenham cometido erros nas movimentações históricas registradas no Império até esta parte. Na verdade, há no seio militar, no espírito militar, na alma militar aquilo que nos une em todas as horas, que é

o espírito do patriotismo. A política não pode dividir militares e civis. V. Exa. vem, numa hora excelente, fazer essa saudação ao grande espírito do militar e estadista que foi Duque de Caxias. Temos, na história militar, as mais belas lições de patriotismo e devemos, para os nossos filhos, para os nossos netos, para as gerações que nos vão sucedendo, de mantê-la como um catecismo cívico para a sua boa formação moral e cívica. É oportuna a hora para que esta homenagem se repita, a fim de que desapareça a prevenção que ainda existe, agravando-se nos últimos tempos. O Movimento Militar de 64 não nos afasta dessa concepção e compreensão patriótica que temos, porque, para muitos, errada foi a Revolução. Mas devemos compreender que, a despeito do que sofreram os companheiros cassados injustamente, fomos atirados, pelo poder das armas dos militares que ora governam o País, a uma política de desenvolvimento orgânico, dinâmico, útil aos interesses nacionais. Por essa forma, quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa que toma, em nome de nosso grande partido, que é um partido de patriotas, de homens de bem, saudando a memória do grande estadista e grande militar, que foi Duque de Caxias.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço as brilhantes palavras aqui pronunciadas pelo Senador Argemiro de Figueiredo. Concorde, inteiramente, com o que acaba de dizer S. Exa., pois a época em que vivemos é uma época histórica, como também histórica foi a que viveu o Duque de Caxias. Portanto, está de parabéns o nosso partido em poder trazer ao Plenário desta Casa, a história de um dos maiores brasileiros de todos os tempos.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador José Ermírio, a mim não causa surpresa a oração que V. Exa., em tão boa hora está proferindo. Sei que, de longa data, o nobre colega tem prestado, como grande patriota, como grande industrial, serviços relevantes ao Exército Nacional. V. Exa., hoje, complementa e prossegue esta tarefa de bons e leais serviços que tem pres-

tado ao Exército, sobretudo, destacando a necessidade de união entre civis e militares. Congratulo-me com V. Exa. por este discurso de hoje, que representa a continuação dos serviços que V. Exa. tem prestado ao Exército. Agora V. Exa. colabora, com trabalho ainda maior, que é o da aproximação do Exército e do povo, obra de vulto, de envergadura nacional. Meus parabéns, nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito grato a V. Exa., Sr. Senador José Guimard. Como V. Exa. é profundo conhecedor dos problemas nacionais, sou muito grato a V. Exa. por poder fazer constar, do meu discurso, o seu brilhante aparte.

(Lendo.)

A 7 de abril de 1831, abdica D. Pedro I, contando naquele episódio com a lealdade da família Lima e Silva. Casa-se em 6 de janeiro de 1833 com D. Ana Luísa Carneiro Vianna, filha do Desembargador Paulo Fernandes Viana, que lhe deu 3 filhos. Com 38 anos de idade já era brigadeiro. Na qualidade de comandante do Batalhão Sagrado combate e vence a abrida. Como Presidente e Comandante das Armas e da Divisão Pacificadora, acaba submetendo o Maranhão rebelado e ali conquista o título nobiliárquico de barão, por carta imperial expedida em 18 de julho de 1841, dando por dominado o movimento conhecido como a Balaiada. Nesta Província, devemos ressaltar as suas palavras ao chegar para cumprir sua espinhosa missão, que foram estas:

"Maranhenses! Mais militar que político, eu até quero ignorar os nomes dos partidos políticos que entre vós existam".

E, logo depois, em 14 de março de 1840, em comunicação ao Regente do Império, Pedro de Araújo Lima, diria o seguinte:

"Coloquel-me no meio dos dois partidos políticos em que se acha dividida a capital e os tenho até hoje contido nos seus limites, aproveitando-me de ambos para a pacificação da Província. Não sei se esta política agradará a V. Exa., mas é a que me pareceu

mais consentânea ao atual estado da Província".

Depois, comanda a expedição contra Tobias de Aguiar e Diogo Feljó, este antigo Regente do Império, que foram os insurrectos de Sorocaba, fazendo-os depor as armas. Entrou triunfalmente naquela cidade à frente de 700 homens, em 20 de junho de 1842, quando os principais chefes do movimento haviam fugido, com exceção de Feljó que, longe de ser maltratado por Caxias, recebeu d'este a permissão para ficar em casa, como prisioneiro. Em 1840, o Império havia passado às mãos de um menino, que ainda não completara 15 anos, mas a quem a Nação estava disposta a auxiliar na tarefa difícil, que o pai lhe deixara: reconstrução política e social, consolidar a monarquia e manutenção da ordem interna, num clima de paz. Nesse contexto, veio a pacificação do Rio G. do Sul, onde os farrapos desafiavam as forças imperiais, cheios de arrebatamento. Foram dias muito difíceis para Caxias, mas que consegue pacificar a Província mais pela força do coração do que pelo constrangimento das armas, tanto que o Rio Grande do Sul, agradecido, escolheu-o para representá-lo no Senado vitalício.

É, porém, na Guerra do Paraguai, que mais se manifesta em toda sua grandeza o gênio militar de Caxias, que recebeu o encargo de comandar as tropas brasileiras quando contava já 64 anos de idade e recebendo das mãos do bravo Marechal Polidoro o bastão de comando. Partindo de um ponto quando parecia já não haver mais salvação para os nossos soldados, dizimados pela prolongada estagnação em Tuiuti, o Marechal-de-Exército, já nesta época, o Marquês de Caxias, conseguiu trazer a vitória, entrando na capital inimiga. Regressou do Paraguai cheio de glórias, mas também trazia muitas desilusões. Recebe a alta dignidade de Duque, em carta imperial de 23 de março de 1869, e feito Senador, Conselheiro de Estado, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho. Era o prêmio de uma vida dedicada a sua Pátria.

Pelas suas próprias palavras na época, Caxias encontrava-se fora do centro de decisões sobre a chamada Questão Cristie, ocorrida em dezem-

bro de 1863. Daí o seu grito ferido, quando afirmou:

"Tenho vontade de quebrar a minha espada, quando vejo que ela não serve para desafrontar o meu País."

Estava o Brasil numa época de perturbação e reinava grande pasmacela no Gabinete, o que provocava a irritação de Caxias. Tanto que, em carta a Paranhos, em 1866, disse:

"Envergonho-me de pertencer a uma nação que abundando em recursos, se deixa ludibriar por quem os não tem, e isto por falta de quem os saiba aproveitar."

Senhores Senadores, todo aquele que se disponha a analisar a história do nosso País há de se deparar com a grande figura deste homem, que se notabilizou pelas suas invulgaes qualidades de idealista, político e sobretudo militar, a par de uma honestidade pessoal irreprovável, sensível às letras, inexcusável cumpridor da lei e pai de família exemplar. Dotado de uma sensibilidade impar, sofreu as contingências da incompreensão, do espírito suspeito e apaixonado de seus contemporâneos, o que lhe trouxe os maiores desenganos e decepções no final de sua vida. Felizmente, a posteridade soube fazer justiça aos seus méritos extraordinários. Caxias, por outro lado, já muito antes de Rui Barbosa pregar a igualdade dos direitos das nações pequenas e grandes, na memorável Conferência de Haia, em 1907, havia colocado em prática o respeito que o Brasil continua a cultivar pelos seus vizinhos e nações menores. Sua atuação pacificadora marcou os rumos do futuro, tanto que temos por norma no Brasil não resolver pela força aquilo que pode ser feito por outros métodos.

Finalizando, Senhores Senadores, podemos situar a grande personalidade de Caxias como um padrão de dignidade, respeito e patriotismo desta nação e um símbolo da austeridade e disciplina de que se honra o nosso Exército.

Sr. Presidente, são essas as palavras que queria dizer no dia de hoje. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Se-

nador **Dinarte Mariz**, por cessão do nobre Senador Clodomir Millet.

O SR. DINARTE MARIZ (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda na defesa dos interesses da Região Nordeste é que ocupo esta tribuna.

Nos últimos dias, a imprensa tem ventilado a possibilidade de importação de algodão de fibras médias e longas, para suprimento de nossa indústria têxtil.

Sr. Presidente, justamente nesta época do ano é que se procede à colheita de algodão — de fibras médias e curtas — nos Estados produtores do Nordeste: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Devido à queda de produção na safra deste ano, o mercado está um pouco alto e já se anuncia a importação da matéria-prima, importação essa forçada pelos interesses da indústria do Centro-Sul.

Não acredito, Sr. Presidente, que o Sr. Ministro da Fazenda e os seus assessores permitam a consumação desse ato criminoso.

No momento em que o nordestino tem sua produção algodoeira diminuída em 70%, no momento em que a pequena alta do preço lhe dá modesta compensação, seria mais do que um crime, seria traição à própria mentalidade nordestina, permitir que, por pressões da indústria têxtil da região Centro-Sul do País, se permitam favores alfandegários para trazer até a região industrializada a matéria-prima e com isto concorrer nos preços com a produção nordestina.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me um aparte, Senador Dinarte Mariz?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. está trazendo ao Senado, nesta tarde, um assunto da maior importância para a vida econômica do Nordeste e do próprio País. Essa baixa inesperada de preços, provocado por ação do próprio Governo, na hora de crise que todos nós atravessamos na região nordestina, significaria mais uma pena grave para aqueles que já estão sofrendo a pena dos céus; o flagelo das sécas. V. Exa. tem toda

razão. Não é possível que, numa oportunidade como esta, em que resta ao nordestino, o aproveitamento do pouco algodão, do algodão mocó, de fibra longa, o Governo admita a importação da matéria-prima para o Brasil. Senador Dinarte Mariz, V. Exa. sabe que eu tenho feito justiça, desta tribuna. Sem fugir aos meus deveres de honra, de lealdade ao meu Partido — quero sempre repetir — tenho feito sentir o acerto da política do Governo no ângulo do desenvolvimento econômico. Não é possível que os nossos produtos, que constituem riqueza nacional, estejam sofrendo impacto desta ordem. A baixa do algodão, repito, significa uma penalidade imposta aos nossos agricultores; mas, nessa política de desenvolvimento que se está fazendo, que eu classifico de dinâmica, orgânica, séria e produtiva para os interesses nacionais, há o Governo de olhar substancialmente para a circunstância de que nenhuma nação pode ser desenvolvida sem a preocupação primordial com os interesses das classes rurais. Não há nação rica com agricultura pobre. Ninguém pode conceber isso. De modo que, dentro desse plano estrutural de desenvolvimento econômico, as classes rurais — se é possível dizer assim — devem constituir classes privilegiadas, neste País. Organize o Governo uma comissão de sua confiança pessoal para examinar as causas determinantes desse enfraquecimento das atividades rurais, dessa miséria real que está dominando não só os pequenos lavradores, como se estendendo aos proprietários de terras. Examine-se a causa de tudo isso, inclusive fatos como esse a que V. Exa. se refere, de importação de um produto que vem significar, fatalmente, a baixa de preço vigorante para o algodão nordestino e para o algodão do País inteiro. V. Exa. tem toda razão. Associe-me à advertência e ao apelo que V. Exa. formula. Associe-me como brasileiro, como patriota, como homem que tem compreensão e conhece, de fato, os problemas de nossa região e do País — os problemas econômicos da nossa Pátria. Perdoe V. Exa. a extensão do aparte.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio, realmente, ao encontro da argumentação que estou sustentando, nesta tribuna, na defesa da economia nordestina,

economia depauperada, sacrificada, vivendo, nesta hora, à custa da assistência do Governo federal.

Sr. Presidente, nesta altura dos acontecimentos, em que o Governo estendeu sua mão protetora sobre o nordestino, seria um contra-senso sua assessoria procurar encaminhar soluções que viessem, realmente, ferir, frontalmente, o principal produto da maioria dos Estados nordestinos.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite-me interrompa o oportuno discurso de V. Exa. para manifestar minha solidariedade à atitude que V. Exa. assume, em defesa da economia nordestina. Encontrava-me em Fortaleza quando os jornais noticiaram um movimento na classe dos industriais do Centro-Sul, no sentido de obter, do Governo, permissão para importar o algodão, sob o pretexto de normalizar o comércio desse produto, em face da seca que assola a região nordestina. Como V. Exa. acabou de salientar, será um desserviço de profundas e talvez incalculáveis consequências para a economia da nossa região se, na verdade, essa providência se verificar. Sabe, V. Exa., que o algodão é o produto mais forte da economia nordestina, principalmente do meu Estado e do Estado de V. Exa. que, neste ano, sofreu uma redução de 70 a 80% na sua produção. A única compensação, relativa, que poderia se verificar era, exatamente, quanto ao preço. Se essa medida vier a ser efetivada é evidente que terá, como consequência imediata, a baixa do preço do produto, o desestímulo e o êxodo do homem do campo que, na verdade, não tem condições de resistir à medida dessa natureza. Parece, até mesmo, uma traição ao esforço do nordestino, ao esforço que o homem do campo faz sustentar nossa economia. No caso do meu Estado, quero citar a consequência principal: além de ser um desestímulo aos produtores do algodão, aos homens que trabalham, com as próprias mãos, para seu sustento, haverá o reflexo nas finanças do Estado. Sabe V. Exa. que o algodão contribui, talvez, com 60% da

nossa economia. Consequentemente é o produto que sustenta as finanças daquela unidade da Federação. O Estado do Ceará está com o funcionalismo atrasado em três meses esperando, exatamente, a safra do algodão para ver se consegue pôr em dia o funcionalismo. Se se efetivar uma providência dessa natureza, evidentemente, será um descalabro. Constitui, realmente, ato que não pode ser praticado senão com o propósito de agravar, ainda mais, a situação calamitosa por que passa nossa região. Quero felicitar V. Exa. pela iniciativa e declarar-me absolutamente solidário com V. Exa. no protesto que faz, em defesa da nossa economia e, principalmente, em nome dos humildes homens do campo, aqueles que não têm quem os defenda, senão os homens como V. Exa., que sentem, na própria carne, o sofrimento do nordestino, notadamente num ano como este, em que a seca se abateu sobre toda a nossa região.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito grato ao aparte de V. Exa., Senador Wilson Gonçalves que, como eu, pertence a um Estado cuja economia tem sua base, principalmente, na cultura algodoeira.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Senador Dinarte Mariz, há um assunto, da mais alta importância, que deve ser salientado, neste momento. Enquanto os Estados do Sul tiveram safras boas a bons preços, não é possível que se castigue o nordestino, que tem safra pequena e cujos preços são reduzidos. Nesse ponto, tenho certeza de que nenhum Governo fará qualquer restrição principalmente nesta ocasião quando a seca assola aquela região.

O Sr. Antônio Fernandes — Senador Dinarte Mariz, permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O Sr. Antônio Fernandes — Senador Dinarte Mariz, diante do discurso que V. Exa. está proferindo, de grande interesse para a zona algodoeira, não só no Nordeste mas de todo o Brasil,

e diante dos apertos que muito enriqueceram o pronunciamento de V. Exa., permita-me acrescentar, somente, minha solidariedade. Desejo, ainda, por intermédio de V. Exa., fazer um apelo ao Governo no sentido de que não consinta na consumação desse grande crime contra a economia nacional. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço os apertos dos nobres Senadores José Ermírio, por Pernambuco, e Antônio Fernandes, por Bahia.

Sr. Presidente, falo, nesta hora, não apenas, em nome do meu Estado, da sua economia sacrificada, mas de toda a região nordestina que não compreenderia, nunca, chegássemos ao absurdo de, nesta hora de crise para a economia da região, permitir fosse ela sacrificada exatamente na sua base justamente no produto que quase significa sua manutenção.

Estou trazendo estas informações ao meu discurso porque não é em vão que a imprensa, todos os dias, comenta o assunto e avança informações, no sentido da quase acertada importação de algodão. A importação de algodão, Sr. Presidente, é determinante para produto similar ao produto nordestino, isto é, para fibras médias e longas. Não atinge à economia paulista, mas à economia nordestina. Nesta hora, seria um crime admitir que isso ocorresse. Quero apenas trazer o fato ao conhecimento do País e, sobretudo, das autoridades encarregadas do assunto, mais diretamente, ao conhecimento do Sr. Ministro da Fazenda.

Assisti, há poucos anos, em pleno regime revolucionário, à imprensa comentar a importação do sal. Tanto comentou que, um dia, se consumou o crime contra a economia dos Estados e os produtores de sal. Dentre estes o mais alcançado foi, exatamente, o Rio Grande do Norte.

Até hoje, Sr. Presidente, lamenta-se a ocorrência, uma das mais tristes da história econômica do nosso País porque, dentro dessa importação, houve transações que motivaram as mais abalizadas acusações, apesar de o Ministro de Estado, àquela época, ser um dos homens mais sérios e mais corretos da vida pública de nossa Pátria. Estas suas qualidades, porém, não impediram que se efetuassem, dentro da im-

portação, repito, as mais condenáveis transações, que sacrificaram o Rio Grande do Norte, prejudicando-o em duas safras consecutivas. Aproveitaram a oportunidade para importar, duas ou três vezes, a quantidade que se pretendia inicialmente. Como o resultado o Rio Grande do Norte passou dois anos sem poder colocar o seu produto na Região Centro-Sul do País, que ficou abastecida pela sal importado.

Ainda mais, Sr. Presidente, abriram-se as fronteiras de Mato Grosso à importação do sal estrangeiro, o que se fez, sabidamente, por meios ilegais, isto é, contrabandeado, fato nunca ocorrido em nossa história. O resultado imediato é que o próprio Instituto do Sal não resistiu; foi extinto e, até hoje, a indústria salineira ficou sem amparo, sem defesa, e está sendo entregue a capitais estrangeiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a produção salineira do Rio Grande do Norte representa quase 70% a 80% da produção nacional. Os proprietários das salinas, atualmente, estão cedendo a firmas americanas suas propriedades, porque este foi, em última análise, o resultado final daquela importação desastrosa e da desmoralização da instituição.

Poderemos, amanhã, verificar idêntico resultado se admitida a importação de algodão e se a importação ocorrer em muito maior quantidade do que a prevista inicialmente. Daí em diante, aparecem os magnatas, os que enriqueceram às custas do suor do nordestino, e que têm suas fábricas de tecidos localizadas na região Centro-Sul do País.

É necessário que se ressalte, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que está ocorrendo agora, quando se desenvolve uma política de incentivos fiscais para o desenvolvimento do Nordeste. Nós, que somos os melhores produtores da melhor fibra de algodão do mundo, verificamos que a primeira medida adotada pelas autoridades foi a de proibir que se instalassem mais fábricas de tecidos no Nordeste, sob a alegação de que as fábricas existentes já eram suficientes para industrializar a matéria-prima produzida no País. E foi o Nordeste preterido. Todas as fábricas de fios

finos e de tecidos nobres — dizia-se — estavam no Sul do País. E para elas nós tivemos de continuar produzindo, concorrendo, assim, para o maior enriquecimento das indústrias de outras regiões.

Quero salientar bem este ponto, nesta oportunidade. Se o Nordeste não protestou, se o Nordeste admitiu, cometeu uma falha. E eu aqui estou para bater no peito e dizer “mea culpa”, porque, realmente, não deveríamos admitir se consumasse medida dessa natureza.

Sr. Presidente, o nosso Governo discute com o Governo americano a exportação de tecidos, indicando que há superprodução dentro das nossas fronteiras em relação ao nosso consumo; e exatamente nesta hora é que se pretende importar algodão, agora que o Nordeste está colhendo a sua pequena safra?

Sr. Presidente, tenho a impressão de que isto seria, repito, um crime. Daqui, alerto as autoridades encarregadas de tratar do assunto, para que não admitam sequer o exame da questão, a fim de evitar que notícia tão danosa à economia nordestina, chegue a provocar a baixa do algodão, porque esse também é um jogo dos industriais do sul do País para conseguir a queda de nosso produto, com a ameaça da importação.

Gostaria, Sr. Presidente, que o Sr. Ministro da Fazenda viesse, de público, dizer que o Governo não está cogitando da medida, porque só a veiculação da notícia, estimulada exatamente por esse industriais, resultará em grandes danos para o produtor de algodão nordestino. Sabemos que o Presidente da República foi ao Nordeste numa hora gravíssima e, apenas com a sua presença, semeou, como disse em meu discurso anterior, esperanças no coração do povo. Mas sabemos, também, que, depois que S. Exa. deu as costas ao Nordeste, as medidas que estavam sendo anunciadas vêm sendo diminuídas e corrigidas todos os dias. O Banco do Brasil, que acenou com créditos para os produtores de algodão, diariamente está reformulando a maneira de atender às solicitações dos interessados.

Também não é possível admitir-se, Sr. Presidente, que, nesta hora, produ-

tores e comerciantes do interior dos Estados algodoeiros da região sejam executados pelo Banco do Brasil por causa do atraso no pagamento de suas dívidas, quando exatamente os produtores de algodão, que não têm como atender aos seus compromissos nesta safra, é que deveriam ser contemplados de acordo com o decreto inspirado pelo Sr. Presidente da República, quando esteve no Nordeste.

Infelizmente está acontecendo é que não se quer mais atender aos agricultores que tomaram empréstimos para a fundação da safra e que, em decorrência da seca, com a falta de produção, não têm condições de satisfazer os compromissos assumidos.

Diferente é o tratamento dado à região Centro-Sul do País, que se beneficia com seus produtos, com suas grandes safras, e em que até a ferrugem do café está favorecendo o plantador de café; abre-se-lhe um crédito com três anos de carência. Isto significa, Sr. Presidente, dar dinheiro aos homens para se enriquecerem, porque, realmente, o produtor de café, que tem a sua safra de café já fundada, com três anos de carência é que vai pagar ao banco a importância recebida.

Sr. Presidente, não me insurjo contra esta política. Tudo aquilo que vier para amparar a agricultura no País é medida certa. Aliás, uma das expressões mais felizes do Presidente da República, no início do seu Governo, foi declarar que sua administração teria a mente voltada para o campo, para a agricultura, até então desprezada.

Li em noticiário de jornal, que os produtores de algodão do Paraná — o que me parece até um contra-senso e para isso peço a atenção dos Srs. Senadores — estão solicitando do Banco do Brasil o adiamento de suas dívidas, impossibilitados que se encontram de saldar os compromissos assumidos, por motivo de as safras não terem correspondido à expectativa.

Sr. Presidente, é interessante notar que, no Paraná, um hectare de terra produz em média 1.800 quilos (uma tonelada e 800 quilos); no Nordeste, produz apenas 243 quilos. Seria incrível que a crise chegasse ao Paraná, e que nós, no Nordeste, tivéssemos con-

dições de enfrentar uma concorrência, não interna, mas externa, inclusive com o Governo subsidiando porque seria preciso abrir mão do imposto alfandegário para que venha a mercadoria criminosa fazer concorrência ao produtor do Nordeste.

Estas as palavras que queria pronunciar. Aqui fica o meu apelo e, ao mesmo tempo, a advertência aos assessores do Governo. Dirijo-me ao Ministro do Interior. Deputado Costa Cavalcanti, que faz S. Exa. nesta hora de ameaça ao Nordeste, éle que tem a maior responsabilidade de junto à Administração pública, na defesa dos interesses da região e no incentivo do desenvolvimento?

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Flávio de Brito — Senador Dinarte Mariz, V. Exa. traz ao conhecimento da Casa um fato realmente grave, porquanto o Banco Central, em sua última resolução, deu condições para que os lavradores, principalmente do Nordeste, fizessem a composição de suas dívidas. Como disse em discursos anteriores, o lavrador não fica em atraso por querer e sim por frustrações de safra. Nesta mesma semana em que o Banco Central publicou essa resolução, o Banco do Nordeste inaugurou na Paraíba o seu Departamento Jurídico para executar, somente naquele Estado, mais de 400 pequenos lavradores. Fiz um ofício, como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ao Presidente do Banco do Nordeste pedindo que S. Exa. procedesse do mesmo modo que o Banco Central. S. Exa. informou que o encaixe não poderia atender, nesta situação, aos devedores da área da agricultura. Voltei ao Banco Central. O Diretor da Carteira específica desse Banco — Dr. Fernando Reis — disse que, se o Banco do Nordeste concordasse, éle daria condições para que houvesse uma recomposição de dívidas desses plantadores. O Banco do Nordeste não atendeu à solicitação do órgão máximo da agricultura. Tudo isto que V. Exa. traz ao conhecimento dos Srs. Senadores é verdadeiro, porque quando o Sr. Presidente da República esteve no Nordeste, deu autorização para que assim

se fizesse e bastou Sua Excelência voltar as costas para não serem mais cumpridas as suas determinações.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de V. Exa., que me surpreendeu, nobre Senador Flávio Brito, porque na excursão que fizemos ao Nordeste, tivemos uma reunião exatamente no Banco do Nordeste, com o Dr. Rubem Costa. Nessa ocasião, S. Exa. nos assegurou que iria providenciar para que o Banco do Nordeste também cumprisse as medidas solicitadas pelo Sr. Presidente da República.

Seria incrível, que se constituísse um banco regional, um banco para estimular a economia regional, — e por que não dizer? — Um banco para cuidar principalmente da agricultura nordestina, e essa região caísse em crise, viesse a seca que chegou, e o Sr. Presidente da República, por intermédio da Carteira do Banco do Brasil mandasse atender aos agricultores, e o Banco do Nordeste ficasse isolado. Era melhor, então, fechar o Banco do Nordeste. Não teria mais sentido, porque foi constituído exatamente para cuidar da economia e da agricultura da região.

V. Exa. está-me trazendo um depoimento, e eu tinha poupado o Banco do Nordeste confiando na palavra do Dr. Rubem Costa, que éle empenhou na presença inclusive de V. Exa. que está presidindo os nossos trabalhos e na de colegas que fizeram parte da Comissão que visitaram as frentes de trabalho do Nordeste Brasileiro. Mas, por isso, é preciso, realmente, que se fixem, que se registrem os acontecimentos atuais, para que o Presidente da República não seja iludido e não esteja pensando que o Nordeste está num mar de rosas, quando na realidade só existe hoje lá a esperança e a confiança que S. Exa. despertou no meio dos nordestinos. Estão-se desmoronando as medidas do Banco do Brasil, que chegam atrasadas e todo dia há uma nova instrução para modificar aquilo que inicialmente foi atendido.

Agora há o depoimento do Sr. Senador Flávio Brito dizendo que o Banco do Nordeste, ao invés de cumprir aquela promessa que nos fez, ou melhor, ao invés de executar o plano do Governo, está fazendo o contrá-

rio, está executando o homem que não pode pagar. Então, se isso é exato, daqui temos que apelar para o Presidente da República.

Não é possível, porém, que em toda a crise que exista no Nordeste seja necessário ir ao Presidente da República para que medidas possam ser tomadas.

Não é possível, a esta altura, o Banco do Nordeste, seguir orientação fora das medidas adotadas pelo Governo Federal através do Banco do Brasil. Eu tinha o pressentimento de que dificuldades surgiriam no caminho das providências iniciais adotadas e recomendadas pelo eminente Presidente Garrastazu Médici.

Emocionado com o discurso que o Chefe da Nação pronunciara em Recife, telegrafei a Sua Excelência, deixando claro que encontraria tropeços no cumprimento de sua missão no Nordeste. Sabemos como temos sido tratados no campo econômico.

Este, o telegrama que enviei a Sua Excelência o Senhor Presidente da República:

(Lê.)

"A maior emoção de toda minha longa vida pública experimentei quando assistia, pela televisão, ao discurso pronunciado por Vossa Excelência em Recife, hoje já incorporado à história político-administrativa do Nordeste, com reflexo em todo o País.

É Vossa Excelência o primeiro Chefe da Nação que se compromete, com lucidez e coragem, em integrar o Nordeste no contexto da economia nacional.

Precisa mudar sim, Presidente.

Deus, que concedeu a graça de lhe inspirar na histórica viagem, não faltará com Sua graça quando se fizer necessário remover os obstáculos que secularmente vêm entravando os caminhos para a redenção da sofrida região. Respeitosamente. (a) Senador Dinarte Mariz".

Sr. Presidente, eu já previa os obstáculos, e eles estão surgindo. Só a palavra maior, a palavra do Chefe da Nação, poderá amenizar o sofrimento.

mento e, sobretudo, as apreensões do nordestino.

Ainda ontem recebi nada menos de cinco telegramas, entre eles um de toda uma região, assinado pelos prefeitos e pelo bispo da Cidade de Mossoró, apelando para que o Banco não reduza a maneira de assistir o agricultor.

Passo a ler alguns desses telegramas, Sr. Presidente, para melhor ilustrar meu discurso:

(Lê.)

"Exmo. Senhor Senador Dinarte Mariz

Animados autenticidade marcante atuação Vossência vida pública nacional vimos encarecer seu valioso apoio sentido pedir eminente Presidente Garrastazu Médici estender Banco Nordeste e Banco Rio Grande Norte atendimento Crédito Emergência cujos recursos encontram-se disposição agentes financeiros oficiais Banco Central através salvadora Resolução 147 pt Momento somente Banco Brasil executa empréstimos especiais seus clientes sem vinculação hipotecária outros Bancos consequentemente maioria expressiva agricultores nossa Região está impossibilitada receber benefícios concedidos generoso Governo Revolução. Respeitosamente Doutor Francisco Revoredo Representante Prefeitos Zona Oeste; Sebastião Alves, Representante Prefeitos Vale Açu; Dom Gentil Diniz, Bispo Diocesano; Antônio Antonelli, Presidente Lions, Centro Laplace Rosado Lauro Escossia Venerável Loja Maçônica; João Escossia Nelson Oliveira Venerável Perfeição; Doutor José Sueldo Venerável 24 Junho; Alcides Fernandes Silva Presidente Sociedade Hípica Vaqueiros Ruralistas Mossoró; Edilson Moura Representante agricultores Serra do Carmo; Raimundo Nonato Fernandes Presidente Sindicato Lavoura Mossoró; Doutor Francisco Cabral Presidente Cooperativa Agropecuária Mossoró; Júlio Rosado, Coordenador Cooperativismo Região Mossoró.

Transmitimos. Vossência angustiante apelo agricultores esta Região sentido encaminhar autoridades competentes pedido extensão Banco Nordeste e Banco Rio Grande Norte atendimento Crédito Emergência Resolução 147 Banco Central vg executada momento somente Banco Brasil pt Lembraríamos últimas chuvas caídas consideradas extemporâneas virtude haverem eliminado restante pouca forragem existente agravando ainda mais problema pecuária pt Confiamos seu elevado espírito público e sensibilidade sempre demonstradas tôrno nossos problemas respeitadas saudações Doutor Francisco Revoredo Representante Prefeitos Zona Oeste; Sebastião Alves, Representante Prefeitos Vale Açu; Dom Gentil Diniz, Bispo Diocesano; Antônio Antonelli, Presidente Lions, Centro Laplace Rosado, Lauro Escossia, Venerável Loja Maçônica João Escossia, Nelson Oliveira Venerável Perfeição; Doutor José Sueldo, Venerável 24 Junho; Alcides Fernandes Silva, Presidente Sociedade Hípica Vaqueiros Ruralistas Mossoró; Raimundo Nonato Fernandes, Presidente Sindicato Lavoura Mossoró; Doutor Francisco Cabral, Presidente Cooperativa Agropecuária Mossoró; Júlio Rosado Coordenador Cooperativismo Região Mossoró.

"Via Western

Dinarte Mariz

Senado Federal Brasília DF

Conselho Agricultura reunido ontem tomou conhecimento através Inspetor Banco Brasil vg novas instruções crédito especial Resolução 147 pt Conforme informação somente serão compostas parcelas já vencidas pt Tal fato causando frustrações agropecuaristas e órgãos assistência técnica virtude divulgação e grande número propostas já elaboradas dentro critérios Resolução abrangia débitos a vencer mutuário atingindo estílagem pt Apelamos Vossência sentido Banco Brasil aplicar crédito especial adotando normas iniciais Resolução 147 única for-

ma capacitar agropecuaristas reabilitação financeira pt Saudações Fernando Ferreira Barros Secretário Executivo ANCARR"

E, ainda ontem à noite, Sr. Presidente, recebi do candidato escolhido, do futuro Governador do meu Estado, um telefonema desesperado com as duas notícias: do Banco do Brasil, reduzindo a maneira de assistir os agricultores e a expectativa em que todos estão diante do que a imprensa está publicando sobre a exportação de algodão, principalmente o similar do algodão nordestino.

Eram estas as palavras que desejava pronunciar, mas, sobretudo, fico aguardando as providências do nobre e eminente Ministro da Fazenda, a grande figura que a Revolução descobriu para salvar este País do caos econômico em que havia mergulhado. Embora S. Exa. tenha nascido em São Paulo e por isso não seja habituado a crises, tem sensibilidade para tantos problemas, tem sensibilidade para encontrar a maneira exata, correta e, sobretudo, patriótica, de poder melhor interpretar o sentimento do Presidente da República e salvar o Nordeste nesta hora de agonia e de apreensão. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Paulo Tôrres.

O SR. PAULO TORRES (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, em 15 de agosto de 1909 era assassinado, na antiga Estrada Real de Santa Cruz, no Estado da Guanabara, o Autor de "Os Sertões", Euclides da Cunha. Esta semana, segundo anunciam os órgãos de comunicação, imprensa, rádio e T.V., será assinado o contrato para a construção da Rodovia Transamazônica, um dos maiores empreendimentos do século.

O Conselho Estadual de Cultura do meu Estado, por decisão unânime, acolheu a proposta do Professor Eraldo Lopes, no sentido de ser dada à Rodovia Transamazônica o nome de Rodovia Euclides da Cunha.

Fundei, quando tive a honra de governar o meu Estado, em Cantagalo, berço do notável sertanista e do hu-

milde orador; a Casa de Euclides da Cunha.

Comemoramos, na Cidade dos mel-ros, todos os anos, a semana Euclidian- na, que termina em 20 de janeiro, data do seu nascimento. Igual home- nagem é prestada à sua memória em São José do Rio Pardo, em São Paulo, entre 9 e 15 de agosto, lembrando essa última data a do falecimento do con- sagrado sociólogo.

Acorrem a essas duas Cidades, anualmente, escritores, professores, jornalistas, estudantes a fim de pres- tarem o seu preito de admiração e saudade ao genial Escritor. Espetáculo de civismo que é impar em nossa Pá- tria e que "sômente encontra paralelo no que é feito em honra de Beethoven, Shakespeare, Dante, Camões e poucos outros, em suas pátrias".

Foi, pois, com profunda emoção, que recebi do Presidente do Conselho Es- tadual de Cultura do meu Estado, Professor Paulo de Almeida Campos, a seguinte carta:

"Niterói, 5 de agosto de 1970.

Senhor Senador,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em sua Sessão do dia 9 de julho último, aprovou Indica- ção do Conselheiro, Eraldo Alves Lopes Ferreira, no sentido de ser sugerido às altas autoridades da República o nome de um dos maiores escritores e sociólogos brasileiros, Euclides da Cunha, à Rodovia Transamazônica, plane- jada e em início de construção pelo honrado Governo do Presi- dente General Emílio Garrastazu Médici."

O que Euclides da Cunha fez em "Os Sertões", com referência ao nordesti- no, repetiu-o, na Amazônia, em vá- rios trabalhos, na sua vocação de re- tratar brasileiromente as grandes re- giões onde o homem vive os seus maiores dramas — o Nordeste e a Amazônia marcando, definitivamente, o caráter de sua obra: o humano.

Foi o primeiro, seguramente, em nosso País "a propor, embora, de ma- neira um tanto indefinida, mas deli- neada, pela compreensão que nascia em si, espontaneamente, os proble-

mas de intimidade e harmonização entre o homem e a natureza, uma po- lítica de integração e mobilização de valores nas áreas onde o homem ain- da procura o seu equilíbrio biótico" (Leandro Tocantins, "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido"), reve- lando-se, assim, o primeiro engenhei- ro ecologista do Brasil.

Política de integração que agora é definida e está sendo implantada pe- la alta visão de descortino adminis- trativo e político do atual Governo.

O paralelismo geográfico do Acre inspirou a Euclides o estudo da "Transacreana", no qual advogava a construção de uma estrada de ferro (estava-se na época áurea das ferro- vias, que ajudaram a colonizar o Oes- te Americano e a África), uma vez que entendia que o povoamento da Amazônia não poderia processar-se apenas ao longo dos rios: "o homem, em vez de senhorear a terra, escravi- za-se ao rio. O povoamento, dizia ele, não se expandia, estirava-se, progre- dia em longas filas ou volvia sobre si mesmo sem deixar sulcos em que se encaixa — tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusó- rio, de recuos e avançadas, do aventu- reiro que parte, penetra fundo à terra, explorando-a e volta pelas mesmas trilhas — ou renova monôtonamente, os mesmos itinerários da sua inam- bulação invariável" (Euclides da Cunha, "A Margem da História").

Dai por que preconizava uma estra- da, ligando transversalmente os vales do Acre, do Iaco, do Taracacá, do Ju- ruá, do Purus, entendendo que a es- trada cresceria com o povoamento. E afirmava: "Então, a Transacreana modestíssima, de caráter quase local, feita para combater uma disposição geográfica, se transformará em es- trada de extraordinários destinos".

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO TORRES — Com mui- to prazer.

O Sr. José Guimard — Faz V. Exa. belo discurso, a propósito da Tran- sacreana e levanta a idéia de deno- miná-la "Estrada Euclides da Cunha", idéia muito justa e acertada, sem dú- vida. Mas a estrada que Euclides da Cunha preconizava, sabe V. Exa., Governador que foi do então Territó-

rio do Acre, é aquela que, partindo no sentido do meridiano vai alcançar os confins do Brasil, nas imediações de Cruzeiro do Sul e de Humaitá. Trata- se de uma estrada que, há muitos anos, já devia ter sido construída. A Transamazônica, que agora se preten- de fazer, é uma estrada no sentido dos paralelos, partindo do Nordeste para alcançar o Estado do Amazonas em Humaitá. V. Exa. defende, portanto, tese muito justa. Se a Transamazôni- ca se vai sobrepor à estrada que liga o Acre a Brasília, o Acre ao Peru, é a idéia inteiramente acertada e muito justa. Mas a Transacreana, exata- mente, é a estrada a que V. Exa. se refere; atravessando o Acre de pon- ta a ponta, remonta ao planalto cen- tral de Mato Grosso até os limites com o Peru. Foi aí que o grande Escritor esteve, por diversas vezes, fazendo o levantamento do Rio Purus e pesqui- sando. Quem trabalhou na Comissão de Limites, poderá ter uma idéia do valor daquele Escritor e do seu sacri- fício ao fazer o reconhecimento do Purus. Essa estrada, por conseguinte, a Transacreana, é a mesma estrada sonhada, ao tempo da colônia, pelo bandeirante Raposo Tavares, o maior de todos os paulistas, ao percorrer o Brasil de Sul a Norte. Era o que ti- nha a dizer a V. Exa.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço o aparte de V. Exa., Senador José Guimard. Não estou afirmando que a estrada seja a mesma. Estou afirman- do, sim, que o gênio de Euclides da Cunha, já naquela época, há mais de meio século, preconizava que, no Am- azônias, não se ficasse apenas a depen- der dos rios, mas que também fossem construídas estradas.

(Lê.)

Mais de metade de sua obra póstuma — A Margem da História — é dedica- da à Amazônia: "Rios em Abandono", "Um Clima Caluniado", "Terra sem História", na Transacreana e em mui- tos outros capítulos equaciona vários problemas que, sômente agora, depois da revolução redentora de 31 de mar- ço de 1964, vêm sendo atacados com decisão e patriotismo. O consagrado autor de "Contrastes e Confrontos" cumpriu à risca a árdua tarefa, que lhe foi confiada pelo imortal Barão do Rio Branco, de chefiar a Comissão de Reconhecimento do Alto Purus,

que demarcou os limites entre o nosso País e o Peru e ampliou, assim, o nosso território. Foi, em tudo, exemplar o nosso destemido e sábio bandeirante. Não permitiu, em nenhum momento, que a mais leve tísia atingisse o nosso patriotismo.

No banquete de Curanja, notando a falta da Bandeira brasileira, afirmou, respondendo ao discurso do delegado peruano: "a minha Terra é retilínea e alta como as palmeiras".

Vou ler para que faça, com imensa honra para mim, parte do meu pronunciamento, a indicação do Professor Eraldo Lopes Ferreira ao Conselho Estadual de Cultura, que é a seguinte: "Indico ao Sr. Presidente, ouvido o Plenário, ao formular apêlo aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, aos Ministros dos Transportes, da Educação e Cultura, do Interior e do Exército, bem como aos Exmos. Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que seja denominada Rodovia Euclides da Cunha, imortal escritor fluminense, a projetada rodovia "Transamazônica", que é de importância vital para o maior desenvolvimento econômico do Brasil".

A sugestão se justifica plenamente por si mesma e pela obra do maior e mais nacionalista dos escritores brasileiros que foi, sem dúvida alguma, um desbravador das selvas brasileiras e um lutador indormido pela integração nacional, objetivo primordial do Governo do Presidente Médici ao debelhar, sob os aplausos gerais de todos os brasileiros, a construção da "Transamazônica".

Em suas obras magistrais, Euclides da Cunha focalizou, em tintas muito fortes, a Amazônia, que chamo "opulenta desordem", sugerindo medidas técnicas, políticas, sociais e econômicas em favor de sua definitiva integração no seio da comunidade brasileira.

Com a "Belém-Brasília", a projetada rodovia "Transamazônica" deixa de ser, apenas, uma aspiração dos brasileiros que residem naquela maravilhosa região inexplorada, para se tornar uma reivindicação palpitante de todo o Brasil, que através dela alcançará índices surpreendentes de

grandeza e desenvolvimento econômico como esperamos.

A gloriosa epopeia da crucial expedição do alto Purus, chefiada magistral e heróicamente por Euclides da Cunha, quando a técnica desse cientista e a diplomacia do Chanceler Rio Branco evitaram uma guerra iminente com o Peru, por si só seria uma justificativa para a homenagem que ora se pleiteia através da presente indicação.

A escolha do nome ilustre do imortal Euclides da Cunha para a "Transamazônica", terá força bastante para mobilizar, em favor da importantíssima rodovia, os intelectuais brasileiros e até mesmo estrangeiros, já que o euclidianismo chega mesmo a ser uma fonte de inspiração e pesquisa nos dias presentes, o que aliás, é evidenciado, anualmente, no Brasil, pelas comemorações euclidianas, cuja "Meca" se situa, justa e merecidamente, na cidade paulista de São José do Rio Pardo, onde Euclides construiu uma ponte e escreveu o seu fabuloso "Os Sertões".

O Sr. Adalberto Sena — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO TORRES — Com muito prazer.

O Sr. Adalberto Sena — Nobre Senador Paulo Torres, essa homenagem, em que V. Exa. está traduzindo o pensamento do Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e da grande maioria dos brasileiros, mesmo daqueles que labutam fora da área intelectual, é das mais justas. Quero ressaltar, neste gesto de V. Exa., um aspecto: é o fato de se tratar de uma homenagem póstuma e, portanto, mais consagrada pelo juízo dos homens e pelo julgamento da história. V. Exa. fez, em seu discurso, referência à Transacriana e disse, com muita razão, que ela vem resolver muitos problemas daquela região. Não quero referir-me aos problemas econômicos, pois são demais evidentes, mas há um grande problema que essa estrada vem resolver em relação ao Acre — Estado de que sou filho e do qual considero V. Exa. honorariamente, um representante nesta Casa. A Transacriana vem dar aquilo de que sempre o Acre necessitou e que nem mesmo a navegação aérea conseguiu: sua uni-

dade geográfica como complemento da unidade política. V. Exa. e todos os representantes do Acre sabem que aquele Estado é dividido em duas zonas quase inteiramente separadas por dois vales. Houve época em que as comunicações entre esses dois vales eram mais difíceis e morosas. Basta citar que um indivíduo, para se transportar de Cruzeiro do Sul a Rio Branco, gastava o dobro do tempo que os navios levavam para fazer o percurso de uma dessas cidades a Manaus. As duas zonas do Acre viviam isoladas e, quando o Governo criou ali um território, teve necessidade de dividi-lo em quatro departamentos inteiramente autônomos, tais as dificuldades de comunicação e de transporte. Agora, porém, essa estrada virá desempenhar exatamente o papel que aqueles rios não puderam fazer, pois, como disse o Senador José Gulomard, correndo a estrada no sentido dos paralelos, enquanto os rios correm no sentido dos meridianos, ela permitirá a concretização do sonho de todo acreano, que era a integração geográfica do Acre, como complemento da sua integração política.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Senador Adalberto Sena, principalmente quando me inclui como quarto representante do Acre, Estado que, quando território, teve a honra de governar.

(Lendo.)

Basta comparar o traçado da Transamazônica com este trecho de Euclides da Cunha, referente às migrações esparsas e desordenadas à Amazônica: "o cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos". Mais do que as linhas de uma estrada estão contidas nesse trecho euclidiano as intenções do Governo Médici: "A ocupação econômica de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados da Amazônia e a incorporação à economia do mercado de, aproximadamente, 13 milhões de habitantes da região semi-árida do Nordeste, são os dois objetivos do plano de integração nacional".

Belém—Brasília e Transamazônica se completam dentro das linhas de concepção euclidiana, para servir à integração e à segurança nacional. E

a Transamazônica de hoje serve aos mesmos objetivos a que se destinava, em dimensão menor, a Transacarana de ontem. Numa e noutra está, sem dúvida, Euclides da Cunha. Ele que foi o identificador do caráter do homem brasileiro, o desbravador e pesquisador do nosso solo, o vidente de uma dominação do solo pelo homem; o que confiava na superioridade do gênio inventivo do sertanejo, o que defendia a colonização de regiões inexploradas como elemento de progresso e bem-estar nacional, o que se mantinha firme na preservação das nossas riquezas, o que cultuava a tradição de nossa história.

Junto com profunda emoção, a minha humilde palavra às dos ilustres coetâneos no sentido de solicitar do Exmo. Sr. Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, que ligue o nome do genial autor de "Os Sertões" — "um dos maiores pioneiros na batalha pela valorização da Amazônia" — à Rodovia Transamazônica. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando um homem alcança a hierarquia de herói máximo da nacionalidade transfigura-se numa poderosa força espiritual e ética.

Não existe herói autêntico sem a conjunção de valores que transcendem o âmbito do meramente humano.

Caxias exerceu um domínio absoluto sobre tudo que costuma ser debilitado na criatura humana.

Porque desconhecia a tentação do poder e a vaidade que apenas busca uma glória efêmera, pôde ser o protagonista de uma façanha que, julgada na perspectiva do tempo, parece inverossímil.

Foi um predestinado e sua ação não podia perder-se nas incidências do caminho. Conhecía o ponto de partida e a meta proposta. Tudo o mais era adjetivo. Por isso desprezou, por igual, os afagos da popularidade fácil e os ouropéis da fortuna.

Tôda sua vida é um extraordinário exemplo de virtudes técnicas, morais

e espirituais. E para que nada falte a essa perfeita harmonia coroa a sua existência com um espírito de renúncia sem contradição em nossa História.

Sr. Presidente, nenhuma outra instituição nacional estaria em verdade no dever de cultivar a memória de Caxias como o Senado que ele honrou durante tantos anos.

Cumpra assinalar que o Duque de Caxias invariavelmente aferrado aos mais severos princípios de dignidade e pundonor pessoal jamais solicitou para si uma graça, uma única mercê.

Tôda a sua empolgante ascensão se processou sem que ele pedisse ou sequer insinuasse uma comissão, um acesso, um posto.

Tudo lhe adveio naturalmente — promoções e honrarias — do seu próprio merecimento e nos campos de batalha.

Só para uma investidura realmente se empenhou — a de Senador do Império.

As conversações nesse sentido com o seu grande amigo e irmão d'armas o lendário General Osório, figura de singular prestígio político no Rio Grande do Sul, são por demais expressivas.

Se tal peculiaridade se evoca nesse instante da sua glorificação, é porque ela em nada desmerece o grande Condestável do Império, já que é pressuposto dos mandatos eletivos, o de serem pleiteados, e reveste, sim, em louvor e honra do Parlamento brasileiro.

Sabia que a importância dêste se mede pelo valor dos que o constituem e que sua obra será tanto mais valiosa, quanto melhores sejam os homens que ostentam a representação popular.

Aqui não o atraiu jamais aquela demasia de ação que, na vida parlamentar, se traduz em difusa intromissão, em todos os debates. Sereno e austero, sempre pairou com altitude, em tôdas as grandes questões.

Caxias exerceu a vida pública com fé e entusiasmo, sob a santa inspiração do patriotismo, sem outro interesse que os anseios da grandeza da Nação, jamais esquecendo que, se é legítima a aspiração do cidadão de chegar às mais altas investiduras, do

País, esta aspiração só se deve desenvolver dentro das normas severas da verdade e da lei.

Sr. Presidente, o ideal democrático das nossas instituições se alicerça no respeito às divergências doutrinárias e ideológicas, enquanto elas se inspirem em ideais e deveres brasileiros.

Aspiramos a que quantos se combatem no plano político, animados pela inteireza e fortaleza moral que constituem a sua força, contribuam para enobrecer a luta, transformando-a em construtivo fator de dignificação dos costumes políticos.

Quanto mais nos aproximarmos dessa meta de perfeição, mais perto nos encontraremos do coração do povo e mais firmes serão os fundamentos sobre os quais se deve edificar a obra comum em benefício das instituições.

Sr. Presidente, a história do mundo é a história do drama dos homens e dos povos em luta pela sua liberdade. Esta história vivida por tôdas as nações tem para nós um significado extraordinário na figura de Caxias, que é arquétipo da nacionalidade e dessa luta pela liberdade.

As cerimônias com que Exército e a Nação honram a memória de Caxias, assentam na tradição, mas visam a educar para o futuro.

Junto com a pura emoção patriótica nos corações, intentam suscitar ideais e energias nas gerações que desponsam para a vida, apontando-lhes o seu fascinante exemplo.

Juventude sem ideal é energia espiritual sem rumo nem roteiro, mais exposta a extinguir-se sem glória no anônimo dos sacrifícios estereis do que propensa a impor-se honrosamente nas lutas das paixões e dos interesses.

Mas, o ideal não é o objetivo material imediato da vida individual. É algo superior; transcende do indivíduo à sociedade, refere-se à coletividade em seu conjunto e mais sinteticamente à Pátria e seus destinos.

É inspiração, iniciativa, pensamento e ação — a força que impele e cria o anelo cuja realização se persegue — chama acesa nos corações e meta moral desenhada ao longe, na visão

perpetuamente iluminada pelo esplendor de sua grandeza.

Sr. Presidente, a lição de Caxias revive na ação dos seus sucessores. Em todos os momentos cruciais da vida da Nação em que as Forças Armadas, síntese do povo, foram chamadas a intervir, jamais o fizeram em proveito da classe, senão em exclusivo benefício da Pátria.

Com estas palavras, saído neste instante, na figura eminente por todos os títulos do Chefe do Exército, Ministro Orlando Geisel, um dos nossos grandes Chefes militares em todos os tempos, a todos os soldados do Brasil.

Um mesmo anseio de realização nos anima. Estamos unidos por ideais comuns: a concórdia, a liberdade, a democracia, o desenvolvimento nacional.

São ideais de todos os brasileiros, dos homens armados que velam pela segurança nacional e dos homens desarmados que também contribuem, confiantes e esperançados, para a grandeza espiritual e material da Nação.

Que a imagem de Caxias infunda em nossos corações a força sem esmaecimentos da sua fé, do seu sacrifício, do seu amor à Pátria. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra, como Líder da Maioria, o nobre Senador Petrônio Portella.

O SR. PETRÔNIO PORTELA (Como Líder da Maioria.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sobrevivem as Nações que não saibam cultivar suas Instituições basilares, as que lhes velem pela tranqüilidade e lhes garantam a paz.

Há, na história dos povos, instituições que não podem envelhecer, pois crescem e se aperfeiçoam com a Nação para lhe serem o apoio e o sustentáculo.

E entre elas avulta o Exército. E, nele se ressalte o soldado, o servidor de quem mais se exige. Dê-se quer o sacrifício, dê-se pede o exemplo. Cultivando, nos quartéis, os rígidos princípios da hierarquia e da disciplina, a serviço das instituições indissolúvelmente ligadas ao destino da

Pátria, a elas o soldado aprende, em todas as lições da Academia, a se dar, a se entregar, nada prevalecendo sobre o augusto ofício de servir, até o sacrifício. Na paz, servir na árdua missão de ministrar aos compatriotas de todas regiões as lições de civismo, nas quais se aprendem o culto à Pátria e o respeito aos deveres que ela impõe a todos os cidadãos; velar pela soberania, expressão e força de um povo, integrado na comunidade internacional a afirmar-se perante o mundo como Senhor de seu destino e fiel às leis e aos tratados e insubmisso a tudo que não tiver a marca do interesse nacional; ser onipresente, onde se ameace a ordem, intranquila esteja a Nação, comprometida a paz e afetada a segurança. Pouco importa o perigo ou o sacrifício.

O soldado engrandece o ofício, atribuindo-lhe as qualificações que merecem o respeito, a reverência do povo, acima do poder da força que encarna e simboliza.

O soldado é o que vela, o que é de todos, desde o patrimônio dos cidadãos, cuja importância mingua ante os valores permanentes da Pátria — as instituições permanentes que lhe marcam a fisionomia e a vida — até a tranqüilidade de sua marcha, pela história, em busca dos caminhos que a levem ao desenvolvimento e lhe consolidem a paz.

O soldado é o que se engrandece nas tarefas profissionais, múltiplas formas de, em silêncio, servir, sem os estímulos da ambição pessoal, turbadora, não raro, das intenções de quem só aspira a cumprir o dever maior para com a Pátria.

O soldado é o que, não descaracterizando a missão, sabe integrar-se no meio social, do qual o quartel é expressão fiel e solidária.

O soldado é o bravo capaz de desprezar o risco, quando a ameaça ronda um valor sob sua guarda e proteção.

O soldado é o cidadão entregue a um e só compromisso, e este é com a Pátria.

Acima dela, nada importa ou vale. Quando a serviço dela, na paz ou na guerra, as prevenções cessam, os preconceitos morrem, a alma cresce isen-

ta para que possa inspirar-se somente naquilo que interesse à Nação. Tal como o monge que, alheio a tudo, se imola e eleva, na comunhão com Deus, o soldado também há de sacrificar-se por amor à Pátria.

E é ao soldado, como guardião, a quem a Nação não pôde ainda retribuir, nem mesmo em vantagens materiais, o múltiplo e exaustivo trabalho de todo dia, concede, todavia, a confiança e, com ela, instrumentos excepcionais, cuja destinação está inscrita na consciência, formada na Academia e alicerçada na outra escola, dura, áspera e nobre, a caserna.

O soldado é o cidadão que aprende a ser humilde, no mundo social onde se nivela a todos e, poderoso, no ofício, ao acionar as armas que a lei lhe atribui, no exclusivo interesse da Nação.

O soldado, em suma, é um cidadão a quem a Pátria confia tudo o que deve ser defendido, cultuado e preservado.

O soldado é o cidadão que escolheu um caminho, onde a fraqueza tem de ser banida, o medo esquecido, a ambição pessoal contida, para que se agigante, acima de tudo, o invencível e militante amor à Pátria.

E graças a Deus, a Nação se une ao Exército neste culto e pode, reverente, por seus representantes, exaltar, no militar insigne, no patriota autêntico, no democrata extraordinário, no ilustre Ministro do Exército, General Orlando Geisel, as qualidades e os exemplos que dignificam a carreira militar.

V. Exa. dá continuidade às diretrizes de Luiz Alves de Lima e Silva, o símbolo augusto de quem fez da vida um exemplo de como se pode servir à Pátria e demonstra a autenticidade dos conceitos que tenho a honra de expender, nesta tribuna, sobre o soldado e sua insigne missão.

E se mais coubesse dizer, diria, então, que o soldado de tanto aprender, pode receber para dar o muito que se exige ao cidadão para governar.

E eis o exemplo que nos ofereceu Emílio Garrastazu Médici, em hora difícil para a Nação. Afastou-se de suas atividades profissionais e assumiu o comando supremo do País e, agora, mobiliza forças em busca da

paz, entre os brasileiros, promovendo o desenvolvimento, sob a égide da justiça.

Ainda é Caxias, o pacificador, o estadista, a irradiar o exemplo com o qual, ajudados, por Deus, construiremos uma Pátria, livre e próspera, que será o legado maior às gerações que não de vir. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO — Sr. Presidente, apresentou, o eminente Deputado Flávio Marcílio, um projeto de lei alterando o número de vagas para a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas. Cumprindo a Lei n.º 5.581, de 1970, o Tribunal Superior Eleitoral fixou com base no alistamento registrado até 30 de junho deste ano, o quadro de lugares para os Estados, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas. Agora, depois de determinado o número daquelas vagas, o representante cearense quer alterá-lo, ampliá-lo, sugerindo que uma nova lei faça o cálculo das vagas a preencher baseado não no alistamento apurado até 30 de junho, mas no de 8 de agosto corrente.

É lamentável que esta proposição tenha sido apresentada mais de um mês depois de encerrado o prazo destinado à Justiça Eleitoral para levantar o quantitativo das vagas. É lamentável, também, que haja surgido depois de praticamente realizadas as convenções partidárias, antes das quais muitos possíveis candidatos deixaram de sê-lo baseados em que o número reduzido de lugares a preencher lhes tornara muito oneroso, impossível, o acesso.

Para usar expressão corrente, há assim uma alteração na regra do jogo, pois o projeto deveria ser apresentado antes de 30 de junho, na proposição que fixara dito prazo e na qual aquele ilustre representante fôra relator. Nos dias de julho seguinte, antes das convenções partidárias, o projeto alertaria aqueles que não se animavam a concorrer face ao alto quociente eleitoral, decorrente da redução de cadeiras.

É lastimável, ou melhor, condenável, que precisamente da parte dos políticos militantes na maioria do Parlamento, originem-se as iniciativas visando restringir a participação nos pleitos. Na mensagem do Presidente Garrastazu Médici sobre as inelegibilidades, sendo relator o ilustre Deputado Flávio Marcílio, o Chefe da Nação, concedia várias aberturas, restaurando o processo de filiação partidária para as eleições municipais até 15 de agosto, diminuindo os prazos de desincompatibilização de governadores, secretários e chefes de certos serviços. A reabertura de filiação partidária foi negada, as desincompatibilizações daqueles representantes executivos foram aumentadas, e não se tocou no prazo ali previsto de 30 de junho, para termo do levantamento do número de vagas.

Lutamos pela aprovação da reabertura da filiação partidária proposta pelo Senhor Presidente da República, ampliando-as aos demais pleitos, certos de que havia uma aragem de animação de candidatos em potencial, os quais não assinaram a filiação partidária encerrada em meados de fevereiro deste ano. Com os meses transcorridos do governo Médici e a elaboração de leis sobre as eleições, surgira uma animação. Não se pretendia arrebatar os ressentidos de outros partidos, os que não conseguiram ser ali candidatos. A reabertura de filiação seria até 15 de agosto, e não se admitiria, quem tivesse pertencido a outras agremiações no decurso do ano antecedente ao pedido de ingresso.

Patentela-se que houve um sentimento de clube fechado a estranhos, quando se negou placet àquelas intenções.

Esses e outros fatos relevantes, públicos e notórios, tiram a autenticidade do pleito de 15 de novembro vindouro. Com tranqüilidade de consciência tudo fizemos para dele não ser participante direto.

Não assistiremos uma campanha eleitoral em sua plenitude, pouco se debatendo em termos políticos e jurídicos. É bem verdade que no MDB lutamos pela volta do chamado Estado de Direito, o que a nosso ver, objetivamente, será fazer o Judiciário vol-

tar às suas funções constitucionais, o cidadão restabelecer-se nas suas garantias individuais e sociais.

Claro que aceitamos a inelutabilidade do Estado moderno, ou seja, o Executivo forte, condição elementar ao poder político, ao empresarial e ao familiar. Mas ao lado disto presenciaremos as distorções, os abusos, e no campo partidário e eleitoral a campanha para o pleito de 15 de novembro como uma exibição de poder econômico, uma eleição de clientela, jamais assistida no País. A competição é financeira, as conversas ambientes não são de partidos e sim próprias para uma bolsa, um mercado eleitoral, um jogo entre indivíduos. Essas considerações não as fazemos para ajuntar mais críticas à sofrida classe política, onde existem exceções a tudo isto. A bem da justiça, reconheça-se que a adoção da cédula única, e não a manual, pela primeira vez, nos municípios do interior, para as eleições legislativas estadual e federal, é fator que por certo neutralizará em parte os negócios feitos em torno de votos, pois os que se arrogam em donos de colégios eleitorais, em chefes e chefes de lotes de votantes poderão se ver impossibilitados de cumprir o pactuado. Todavia eles têm muitos meios de violentar a vontade dos eleitores, dado que em alguns Estados não foi possível organizar diretórios municipais do MDB e nas eleições simplesmente legislativas pode haver as mais espúrias combinações.

É quase nenhuma, neste aspecto, a responsabilidade do Poder Executivo, especialmente o Federal. Nenhuma do Judiciário ou a do Legislativo em si, como entidade constitucional. Os responsáveis são os candidatos e seus patrocinadores, com várias e dignificantes exceções.

Senhor Presidente: não somos contra o Projeto Flávio Marcílio, mas ele padece das falhas apontadas. Vejo fora do tempo devido. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Victorino Freire — Pessoa de Queiroz — Teotônio Vilela — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Vasconcelos Torres — Benedicto Vallada-

res — Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos — Moura Andrade — Adolpho Franco — Mello Braga — Celso Ramos — Atílio Fontana — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos.

Estão presentes 41 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 568, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 1970 (n.º 153-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 568, DE 1970

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 1970 (n.º 153-A/70, na Casa de origem).

Relator: Sr. Clodomir Millet

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 1970 (n.º 153-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970. — Mem de Sá, Presidente — Clodomir Millet, Relator — Aurélio Vianna.

ANEXO AO PARECER

N.º 568, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 1970 (n.º 153-A/70, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º , DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 569, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1970 (n.º 154-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 569, DE 1970

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1970 (n.º 154-A/70, na Casa de origem).

Relator: Sr. Clodomir Millet

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1970 (n.º 154-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970. — Mem de Sá, Presidente — Clodomir Millet, Relator — Aurélio Vianna.

ANEXO AO PARECER

N.º 569, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1970 (n.º 154-A/70, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º , DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970, que autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever no aumento de Capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 19, DE 1964

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de

1964 (n.º 3.667-B/58, na Casa de origem), que cria o Quadro do Magistério do Exército (QME) e dá outras providências, tendo PARECERES PELO ARQUIVAMENTO sob n.ºs 489, 490 e 491, das Comissões — de Educação e Cultura; — de Segurança Nacional; e — de Finanças.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 162, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1968 (n.º 1.363-C/68, na Casa de origem) que regula a indenização aos dependentes e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.º 571, de 1.º 70, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela aprovação, com emenda que oferece de n.º 1-CCJ.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 31, DE 1967

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o salário mínimo dos menores e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 558 e 559, de 1968, e 434 e 435, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça: 1.º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2.º pronunciamento: confirmando o parecer anterior; — de Legislação Social: 1.º pronunciamento: favorável, com emenda que oferece, de n.º 1-CLS; e 2.º pronunciamento: confirmando o parecer anterior.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 13, DE 1968

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias, tendo PARECERES sob n.ºs 550, 551, 552 e 553, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela juridicidade e constitucionalidade; — de Economia, pela rejeição; — de Legislação Social, pela rejeição; e — de Finanças, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR CARVALHO PINTO NA SESSÃO DO DIA 24-8-70, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES DO DCN, SEÇÃO II, DE 25-8-70, PÁG. 3.501.

O SR. CARVALHO PINTO (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, neste instante em que ocorrências da maior gravidade, afetando a segurança dos povos, a dignidade da pessoa humana e seus mais nobres sentimentos de fraternidade, polarizam justificadamente as nossas atenções, não podemos deixar que passem despercebidos outros acontecimentos internacionais que podem, igualmente, vulnerar o progresso, a segurança nacional e o próprio futuro de nações como a nossa, carentes de acelerada expansão econômica, mas ainda dependentes da exportação de seus produtos primários.

O CONVÊNIO CAFEEIRO

Desejo referir-me, particularmente, à 17.ª Reunião, do Conselho Internacional do Café, que ora se realiza em Londres, e onde importantes deliberações deverão ser tomadas a respeito de metas de produção e quotas de exportação de produto vital à economia de vários países signatários do Convênio de 1968 e dentre os quais, destacadamente, o Brasil.

Nascido sob a inspiração de critérios restritivos e contensores da comercialização — então ameaçada por uma alarmante superprodução —, defronta-se o convênio, pela primeira vez, com um quadro inteiramente oposto, em que o comportamento dos países produtores e consumidores se irá definir face a uma previsão de perigosa escassez, onde os reclamos do consumo mundial já se colocam na dependência dos limitados estoques existentes.

Essa inversão das circunstâncias, — inegavelmente delicada para um país como o nosso, cuja produção, progressivamente declinante, o reduz a mero fornecedor complementar de um mercado onde dominara com o atendimento de quase 2/3 de suas necessidades —, transforma os interesses em

jogo, favorecendo temporariamente a situação dos países que ainda possam dispor de excedentes e ensaiando a solerte pressão dos especuladores.

Realmente, de um lado, a luta normal dos consumidores pela moderação dos preços, procurando instaurar, na elevação das quotas de exportação, as pressões baixistas da oferta sobre a procura do produto. Nesse mesmo sentido, a vigorosa atuação de alguns grupos comerciais, que incentivados à formação de estoques para movimentação na fase de carência, se beneficiam da natural e democrática expressão política dos consumidores americanos e servem-se, ainda, do imediatismo dos produtores africanos, ávidos de maior expansão comercial, ainda que com riscos futuros e a preços reduzidos. Paralelamente, e no propósito de tirar partido da situação embaraçosa, a renovada tentativa dos produtores de solúvel, no sentido da majoração dos encargos sobre o café brasileiro exportado para fins de industrialização.

E como, na verdade, de pouco valem os acertos entre produtores, se a eles não corresponder a anuência do país que representa mais da metade do consumo mundial e onde se situam grupos econômicos de poderosa capacidade manipuladora dos mercados, a situação particularmente se agrava ante a circunstância de se encontrar a manutenção da co-responsabilidade dos Estados Unidos, na dependência de nova deliberação de um Congresso que, pela palavra de seus mais destacados líderes, já se tem manifestado hostil ao convênio e favorável à orientação baixista de consumidores e comerciantes.

E assim, como se vê, das mais delicadas a situação que enfrentamos e da mais alta responsabilidade a orientação a ser tomada pelo nosso Governo, uma vez que, nesse conflito aberto de interesses internacionais, se jogam interesses fundamentais de nossa economia.

SITUAÇÃO DA CAFEICULTURA

Não se ignora, por outro lado, o profundo significado da cafeicultura para o desenvolvimento econômico e a normalidade financeira do País. Mantendo uma participação histórica na produção da receita cambial e na

fecundação e expansão de outros setores de nossa economia, é o café responsável por larga percentagem do orçamento cambial; — estimada, só neste exercício, em perto de um milhão de dólares — e pela manutenção de alguns milhões de brasileiros, nos extensos setores da produção, da circulação, da exportação e do consumo.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte, nobre Senador Carvalho Pinto?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Nobre Senador Carvalho Pinto, V. Exa. faz magnífica explanação sobre o mercado mundial do café. Comprar 6 milhões de sacas dos países subdesenvolvidos da África e depois soltá-las no mercado, com o fito de desprestigiar o mercado brasileiro, e fazer especulações como é comum às grandes firmas, não está certo, mormente para um país que se diz tão amigo do Brasil, como os Estados Unidos. Temos doado imensas reservas minerais àquela nação, e chegamos a comprar a AMFORP por preço de seis a sete vezes superior ao seu valor real. E o resultado é este: o Brasil, que se tem mostrado tão amigo, recebe injustiça dessa natureza.

O SR. CARVALHO PINTO — Senador José Ermírio, agradeço a valiosa intervenção com que V. Exa. aponta os riscos que a ação dos especuladores representa para a normalidade do mercado do café e a justa remuneração dos países produtores.

Ainda recentemente, em proficiente estudo, o Instituto de Economia da Secretaria da Agricultura de São Paulo levanta certos dados que, por serem altamente expressivos da situação de nossa cafeicultura, não podem ser esquecidos no instante em que se encaminham as soluções de sua aguda problemática.

De uma superprodução, que a despeito de seus aspectos negativos, representava um vigoroso potencial de luta no mercado internacional, passamos a uma debilitante posição deficitária, não conseguindo, nestas últimas safras, com exceção apenas de uma, sequer atingir às necessidades da exportação e do consumo interno. O

número de cafeeiros, calculados em 1960 em quatro bilhões, reduziu-se, através da erradicação e do abandono, a cerca de dois bilhões e duzentos milhões, em 1969.

DECLÍNIO DE PREÇOS

Quanto a preços, tendo a cotação atingido até a 90 cents de dólar por libra, em 1954, foram eles progressivamente aviltados, chegando a níveis inferiores a 40 cents; e, se neste momento — como decorrência normal da geada e seca ocorridas no País —, orça a cotação a 57 cents, não nos podemos esquecer, consoante ponderava ainda há poucos dias o presidente do IBC, que feito o necessário deflacionamento, com base no índice de preços do atacado nos Estados Unidos, iremos constatar um preço médio real de cerca de 47 cents, abaixo, portanto, do vigente há vinte anos passados! E se quisermos verificar o preço interno pago ao nosso agricultor, o que as estatísticas revelam (considerada uma cotação média atual de Cr\$ 150,00 por saca e deflacionados os valores com base em cruzeiros de 1968), é também uma relação de franco declínio de preços nestes últimos 20 anos, da ordem de 113 em 1950 para 101 em 1970.

Entretanto, enquanto isso ocorre, o relatório do Banco Central do último exercício nos esclarece que, ao contrário desse empobrecimento do produtor, no setor oficial, as rendas da chamada cota de contribuição e desvendadas do governo haviam obtido uma melhora de nada menos de 58%, relativamente ao ano anterior.

PERÍODO CRÍTICO

Por outro lado, geadas sucessivas (1962, 63, 66 e 69), as secas acentuadas de 64 e 69 e a devastadora hemileia, recentemente descoberta, golpeiam fundamentalmente o potencial de produção da nossa cafeicultura, completando a situação angustiosa a que se reduzira, descapitalizada pela exiguidade das safras, pela deficiência de preços e pela incontida elevação de valor de todos os insumos de que depende a produção.

Em decorrência de todo esse quadro e com base em dados e levantamentos objetivos, adverte o citado Instituto de Economia que “na ausência

de tomada de medidas específicas e de certo modo radicais, os nossos estoques podem se exaurir nos próximos 2 ou 3 anos”, com a conseqüente incapacidade de atendermos às necessidades da exportação e às próprias necessidades do consumo interno.

ORIENTAÇÃO DO GOVERNO

Ora, situação dessa ordem, pondo em cheque não só condições vitais à normalidade financeira e à expansão econômica do País, como afetando, ainda, hábitos tradicionais e o próprio bem-estar de sua população, não pode admitir delonga de providências, condescendências perigosas ou tergiversações de qualquer espécie. Dai a louvável orientação defensiva que o nosso Governo vem mantendo na Conferência de Londres, e onde a firmeza de atitude — longe de significar ausência do espírito de harmonia e conciliação que nunca nos faltou — se há de entender como uma posição irrecusavelmente ditada pela consciência de responsabilidades perante o futuro de nossa Pátria. Muito embora, contrariando orientação tradicional, não tenha sido o Poder Legislativo convocado, neste ano, para assistir os trabalhos de um conclave cujas deliberações dizem de perto com o exercício de suas atribuições, o noticiário nos dá conta das diretrizes seguidas pela delegação brasileira e que, numa linha de realismo e bom-senso, o sr. Ministro da Indústria e do Comércio bem resumiu nestas palavras:

“— Preços equitativos tanto para os produtores quanto para os consumidores, com medidas que evitarão as especulações em flutuações de preços e neutralizarão os efeitos da estocagem por parte dos produtores.

— Manutenção da quota brasileira no mercado mundial do café.

— Aumento moderado das quotas, porque, em caso contrário, serão prejudicados todos os instrumentos de controle de preços postos em prática pelos países que participam do Acórdio.”

Ao propugnar, neste instante, pela subsistência do convênio, como instrumento de estabilização de preços e de harmônica defesa da economia de todas as nações produtoras, mantém-se o Brasil na coerente posição de um País que, na preservação desses obje-

tives, nunca hesitou em suportar limitação de cotas, ainda quando estas lhe impunham, na fase difícil da superprodução própria, os pesados sacrifícios de formação de estoques excedentes e da extensa erradicação de suas lavouras. Tem autoridade, portanto, para se opor a interesses, que robustecidos à sombra desse mesmo convênio, supõem encontrar na posição deficitária da nossa produção, oportunidade para maiores lucros e conquistas de mercado, esquecidos, embora, no seu ângulo imediatista, das desastrosas consequências que poderão advir de uma ruptura do equilíbrio existente.

POSIÇÃO DO GOVERNO AMERICANO

Cumprido, entretanto, reconhecer que, na presente conjuntura, não nos basta apenas a manutenção do preço equitativo e de quota de exportação adequada à demanda, e que pode ser orçada, no seu todo, em volta de 49 milhões de sacas. Para que a convenção produza efeitos práticos, torna-se necessária a anuência, em forma legal, dos países consumidores, o que, como sabemos, se encontra seriamente ameaçado pela renitente oposição de prestigiosos parlamentares dos Estados Unidos, o maior país consumidor do café exportado no mundo.

Mas essa constituirá uma segunda fase da batalha em curso, já então fora do âmbito da nossa soberania, embora passível de uma ação diplomática esclarecedora e construtiva.

Felizmente, ainda aqui, é de consciente firmeza a posição do nosso Governo, negando-se a concordar em que a questão do solúvel brasileiro — livremente decidida em processo bilateral — possa ser renovada, como instrumento de pressão, contra um acórdão multilateral, que interessa a 41 países produtores. E é de justiça assinalar-se, a esse respeito, a correta posição mantida pela Chefia do Executivo dos Estados Unidos e definida em documento enviado ao respectivo Congresso e do qual, tendo em vista sua insuspeição, sensatez e autoridade,

de, permito-me destacar o seguinte:

"Esse acórdão tem beneficiado os países consumidores, que têm desfrutado de preços consideravelmente mais baixos do que aqueles alcançados antes da feitura do Acórdão. O Acórdão tem beneficiado também os países produtores, que têm desfrutado de divisas relativamente estáveis, condição prévia para o planejamento do desenvolvimento a longo prazo. Embora existam limitações definidas no âmbito em que o ICA pode afetar o preço do mesmo em épocas de calamidades naturais, tais como a geada e a seca recentes no Brasil, mesmo em tais casos, o Acórdão tem exercido uma influência moderada nas flutuações dos preços do café. Os preços atuais de importação são ainda 30 centésimos por libra-pêso abaixo daqueles de 1954, antes do Acórdão. O preço médio de importação de café, desde o estabelecimento do ICA em 1962, tem sido de 8 centésimos abaixo da média para a última década.

Segundo nosso critério, é de suma importância que não haja interrupção na nossa participação no Acórdão Internacional do Café. A autoridade estatutária para executar nossas obrigações, segundo o Acórdão, devem ser renovadas até 1.º de outubro de 1970, a fim de evitar uma solução de continuidade, senão um colapso na cooperação internacional, que se tornou tão importante para o comércio de café. A retirada dos Estados Unidos do Acórdão afetaria de modo avesso os interesses dos consumidores americanos, como também seria calamitoso para aqueles países menos desenvolvidos, cuja divisa principal depende do café. Isto seria prejudicial às nossas relações políticas e comerciais com eles. Eu, portanto, recomendo vivamente que o Congresso dê a mais alta e favorável atenção a este projeto de lei, antes do término de seu prazo.

O Departamento Orçamentário adverte que a aprovação desta medida está de inteiro acórdão

com o programa do Sr. Presidente."

POLÍTICA DEFINITIVA

Senhores Senadores, as dificuldades que estamos vivendo nesse importante setor econômico da Nação, são, em última análise, a resultante inelutável dos reiterados e clamorosos erros que se acumularam ao longo de nossa política cafeeira. Não nos adianta, por certo, nesta altura, a rememoração de análises e de advertências oportunamente feitas, nem a caracterização de responsabilidades, que, com justiça, não se poderia imputar exclusivamente aos Governos. O que nos cabe, agora, vencida esta etapa que no plano internacional se decide — e qualquer que seja o seu resultado —, é partir para a fixação de uma política clara, definida, panorâmica, fundada em critérios práticos de exequibilidade e eficiência e subordinada a uma implementação perseverante e rigorosa. Nesse sentido, manifesto a esperança de que possam constituir apreciável subsídio os trabalhos realizados por comissão mista que tenho a honra de presidir, — promovida pelo Senador Ney Braga e tendo como Relator o Deputado José Richa — trabalhos esses que estão sendo ultimados para breve entrega a esta Casa.

De qualquer forma, porém, não se tenha dúvida sobre os percalços a serem vencidos e que bem podem ser avaliados através desta síntese vigorosa, constante relatório, de janeiro de 1969, de renomado estabelecimento de crédito de São Paulo:

"A iniciativa particular foi aos poucos cedendo a influência que lhe competia, em proveito de uma atuação oficial naturalmente opressiva e os frutos dessa distorção podem ser assim resumidos: perdemos a hegemonia do mercado e estimulamos as plantações concorrentes; favorecemos desavisadamente o comércio dos competidores, impondo, ao nosso, um preço mínimo rígido de exportação superior ao do mercado internacional; institucionalizamos o quase-monopólio do Governo na compra do café, inevitavelmente realizada com emissões de papel-moeda, dado o esvaziamento do fundo de amparo ao produto, in-

suficiente para atender às vallo-
sas e crescentes despesas da pró-
pria organização engendrada; des-
mantelamos uma estrutura de
verbas e exportação, modelar na
sua eficiência tradicional, na sua
dignidade profissional, tornando-
nos fornecedores residuais do pro-
duto, tais os entraves opostos à
sua livre comercialização; e so-
brecarregamos os nossos produto-
res com o pesadíssimo gravame do
confisco cambial, que representa,
na verdade, uma apropriação dis-
criminatória."

Confiamos, entretanto, em que sob
a égide da orientação afirmativa e se-
rena com que se vai conduzindo a po-
lítica exterior do País, e com base em
critérios de justiça e de propulsão eco-

nômica, capazes de encarar a cafel-
cultura longe dos interesses perturba-
dores da especulação e fora do pris-
ma meramente confiscatório do erá-
rio, ainda é tempo de se restituir a
segurança e a produtividade a essa
área de nossa economia, solidificando,
com ela, toda uma estrutura indus-
trial e comercial, carente de maior po-
der aquisitivo da população rural e
assegurando-se, com melhor distribui-
ção da renda, a estabilidade social in-
dispensável ao nosso futuro. Como bem
nos adverte experimentado cafeicultor,
"enquanto não se equacionar a nossa
cafeicultura em termos de razoável es-
tabilidade, pela atribuição de um justo
rendimento financeiro, tudo o mais se-
rá inútil. A cafeicultura é um encargo
que o agricultor assumiu, desde o dia

em que nela ingressou e foi obrigado a
continuar, por não poder dela se eva-
dir, mas não é uma servidão obrigató-
ria, tanto assim que mais de dois bi-
lhões de cafeeiros foram substituídos,
na sua maior parte, por capim e boi".

E é esse despovoamento alarmante,
que precisamos a todo transe evitar e
haveremos certamente de deter, pois
num país onde inexiste mercado para
culturas substitutivas e reduzidas são
as oportunidades do parque industrial,
o abandono progressivo da terra teria
o trágico significado da miséria, do
desespêro, do desmoronamento dos
mercados, da negação, enfim, de tô-
das as metas em que se empenha o
Governo e pelas quais anseiam e lu-
tam todos os brasileiros." (Muito
bem! Palmas.)

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações intro-
duzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar
nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946
(com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alte-
raram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo,
190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas:
no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em
S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)	4º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)	Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domicio Gondim (ARENA — PB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Guido Mondin (ARENA — RS)
3º-Secretário: Paulo Tórres (ARENA — RJ)		Dinarte Mariz (ARENA — RN)
		DO MDB
		Líder: Aurélio Vianna (GB)
		Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC)
		Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E
DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
José Leite
Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres
Teotônio Vilela

SUPLENTES

Mello Braga
José Guimard
Adolpho Franco
Lobão da Silveira
Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama
Josaphat Marinho
José Ermírio
Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Ridrigues Costa — R. 360.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito
Vice-Presidente: Atílio Fontana

ARENA

TITULARES

Flávio Brito
Ney Braga
Atílio Fontana
Teotônio Vilela
Milton Trindade

SUPLENTES

Benedicto Valladares
José Guimard
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Clodomir Millet

MDB

José Ermírio
Argemiro de Figueiredo
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: terças-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
— ALALC**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
Antônio Carlos
Mello Braga
Vasconcelos Torres
Mem de Sá

SUPLENTES

José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Carvalho Pinto
Eurico Rezende
Guido Mondin
Petrônio Portella
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Moura Andrade

SUPLENTES

Mem de Sá
Flávio Brito
Benedicto Valladares
Milton Trindade
Júlio Leite
Mello Braga
Adolpho Franco
Filinto Müller
Dinarte Mariz

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL (11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Petrônio Portella
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Guido Mondin
Antônio Fernandes

SUPLENTE
Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Milton Trindade
Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Oscar Passos
Bezerra Neto
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA (11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA

TITULARES
Mem de Sá
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Ney Braga
Cattete Pinheiro
Atílio Fontana
Duarte Filho

SUPLENTE
José Leite
Filinto Müller
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Arnon de Mello
Antônio Carlos
Flávio Brito
Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Pessoa de Queiroz
Nogueira da Gama
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA

TITULARES
Eurico Rezende
Ney Braga
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Duarte Filho

SUPLENTE
Benedicto Valladares
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Teotônio Vilela
Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino
Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO (11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

TITULARES
Moura Andrade
Antônio Carlos
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Flávio Brito
José Cândido
Eurico Rezende
Guido Mondin

SUPLENTE
José Guimard
Victorino Freire
Filinto Müller
Lobão da Silveira
Raul Giuberti
Petrônio Portella
Daniel Krieger

MDB

Ruy Carneiro
Antônio Balbino
Argemiro de Figueiredo
Adalberto Sena
José Ermírio

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS (17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA

TITULARES
Carvalho Pinto
Cattete Pinheiro
Mem de Sá
José Leite
Moura Andrade
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Raul Giuberti
Júlio Leite
Waldemar Alcântara
Vasconcelos Torres
Atílio Fontana
Dinarte Mariz

SUPLENTE
Carlos Lindenberg
Teotônio Vilela
José Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portella
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Flávio Brito
Filinto Müller
Duarte Filho
Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Oscar Passos
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
Flávio Brito
Adolpho Franco
Júlio Leite
Mem de Sá
Teotônio Vilela

SUPLENTE
José Cândido
Mello Braga
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio
Ruy Carneiro
Bezerra Neto
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adolpho Franco

Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Adolpho Franco
Victorino Freire
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho

MDB

Aurélio Vianna
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R.310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Leite

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Antônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Carlos Lindenberg
Benedicto Valladares

Vasconcelos Torres
Jose Guimard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire

MDB

Josaphat Marinho
José Ermirio

Oscar Passos

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Clodomir Millet
Antônio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Carlos Lindenberg

MDB

Ruy Carneiro

Aurélio Vianna

Argemiro de Figueiredo

Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guimard

MDB

Antônio Balbino

José Ermirio
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE REDAÇÃO
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Benedicto Valladares
Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Mem de Sá

Filinto Müller
José Leite
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Filinto Müller
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Gilberto Marinho
Arnon de Mello
José Cândido
Mello Braga

José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet

MDB

Pessoa de Queiroz
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Bezerra Neto

Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA

SUPLENTES

TITULARES

Cattete Pinheiro
Duarte Filho
Waldemar Alcântara
José Cândido
Raul Giuberti

Júlio Leite
Menezes Pimentel
José Leite
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

MDB

Adalberto Sena
Bezerra Neto

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
José Guimard
Gilberto Marinho
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Dinarte Mariz
Mello Braga
Celso Ramos

MDB

Oscar Passos
Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: José Guimard

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Raul Giuberti
José Guimard

SUPLENTE

Celso Ramos
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Menezes Pimentel

MDB

Ruy Carneiro
Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guimard

SUPLENTE

Guido Mondin
Atílio Fontana
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Carlos Lindenberg

MDB

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet
Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Milton Trindade
José Guimard
Flávio Brito
Lobão da Silveira

SUPLENTE

José Cândido
Filinto Müller
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Cattete Pinheiro

MDB

Oscar Passos
Adalberto Sena
Aurélio Vianna

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-
teriores.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE
PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

Nôvo Código Penal

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.^a Parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.^a Parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69

- Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

A Revista, ao preço unitário de Cr\$ 10,00, pode ser solicitada ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Praça dos Três Podêres — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

Nota: Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20